

consolidar, fortalecer, ampliar e acelerar o processo de Controle Social do SUS, por intermédio dos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais, das Conferências de Saúde e Plenárias de Conselhos de Saúde, fortalecendo a participação e o Controle Social no SUS; mobilizando e articulando com a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS; garantindo assim que as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde sejam espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde. CONSIDERANDO a Resolução CES/PA Nº 019 de 29 de dezembro de 1997 que aprova o documento intitulado “Normas para constituição, organização e funcionamento das instâncias de controle social” que orienta aos Municípios do Estado do Pará na constituição, organização e funcionamento de suas instâncias de controle social; CONSIDERANDO os debates ocorridos, as experiências acumuladas nos Conselhos de Saúde, nas Conferências de Saúde, instâncias do controle social do SUS que apontam a necessidade de aprimoramento, reformulação e fortalecimento do controle social quanto a sua composição, organização e funcionamento de maneira a garantir a participação livre e democrática nos fóruns de participação Institucionais do SUS; RESOLVE: 1. Aprovar 1.1. Reformulação da Resolução CES/PA Nº 019 de 29 de dezembro de 1997 que aprova os documentos intitulados “Normas para constituição, organização e funcionamento das instâncias de controle social” e o “Kit Controle Social” que orientam aos Municípios do Estado do Pará na constituição, organização e funcionamento nas instâncias de participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) (Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde); 1.2. Recomposição da Comissão Temporária, composta pelos (as) Conselheiros (as) Estaduais: Odilene do Socorro Pinheiro Silva (Gestor – SESPA); Maria Rosiana Cardoso Nobre (Gestor – SESPA); Sara Silva de Medeiros (Gestor – COSEMS); Antonia Trindade Valente dos Santos (Trabalhador de Saúde - SENPA); Rosa do Socorro Boguea Umbuzeiro Leite (Trabalhador de Saúde – SINDSAÚDE); Josilene Lúcia dos Santos (Trabalhador de Saúde – SINDSAÚDE); Gerson Lúcio Gomes Domont (Usuário – MOPS) e Paulo Elias Vale de Souza (Usuário – ARCT), que no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Resolução, para que reveja os documentos, citados no inciso 1.1, de apoio e orientação para realização dos Fóruns de Participação Institucional do SUS no âmbito do Estado do Pará, reorganizando sob a ótica da Resolução CNS Nº 453/2012, e levando a apreciação do Pleno deste colegiado para posterior motivação, divulgação e cumprimento do documento norteador. 2. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. GERSON LÚCIO GOMES DOMONT PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE Homologo a Resolução CES/PA nº. 013 de 22 de abril de 2014. HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

**RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 015 DE 22 DE ABRIL DE 2014**  
**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 679567**

RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 015 DE 22 DE ABRIL DE 2014. O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº. 7.264, de 24 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 31.406, de 27 de Abril de 2009, e pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial Nº 32.584 de 14 de fevereiro de 2014 e a Resolução CES/PARÁ Nº 005, de 25 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial Nº 32.596, de 07 de março de 2014. CONSIDERANDO que nos termos do inciso II do Art. 9º da Lei N º 7.264, de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo titular da Secretaria de Estado da Saúde Pública; CONSIDERANDO a decisão unanime do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, em Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2014. CONSIDERANDO as Recomendações e Diretrizes Nacionais do processo de fortalecimento e avanço do Sistema Único da Saúde – SUS quanto à importância da

criação e estruturação dos Conselhos Gestores no âmbito dos Estabelecimentos de Saúde Públicos e Privados conveniados ao SUS; . CONSIDERANDO a prerrogativa deste Colegiado em estabelecer as diretrizes do funcionamento do Controle Social no âmbito do Estado CONSIDERANDO a Resolução CES/PA nº. 062 de 24 de setembro de 2013, que instituiu Comissão Temporária para Elaborar Proposta de Criação do Conselho Gestor no âmbito dos Estabelecimentos de Saúde Públicos e privados conveniados ao SUS no Estado do Pará; RESOLVE: 1. Revogar a Resolução CES/PA nº. 062 de 24 de setembro de 2013, que instituiu Comissão Temporária para Elaborar Proposta de Criação do Conselho Gestor no âmbito dos Estabelecimentos de Saúde Públicos e Privados conveniados ao SUS no Estado do Pará; 2. Aprovar a recomposição da Comissão Temporária instituída para Elaborar Proposta de Criação do Conselho Gestor no âmbito Estadual, composta pelos (as) Conselheiros (as) Estaduais Maria Eunice Begot da Silva Dantas (Titular - Gestor – SESPA); Odilene do Socorro Pinheiro Silva (Suplente – Gestor – SESPA); Agilson Moreira Prates (Titular – Trabalhador de Saúde – SINDSAÚDE); Lafayette Glicério Esteves Monteiro (Suplente – Trabalhador de Saúde – SINDMEPA); OlavoAlves Alencar (Usuário – Usuário – FORÇA SINDICAL); Gerson Gomes Domont (Suplente – Usuário – MOPS); Miguel da Conceição Maciel (Titular – Usuário – ARCT) e Vera Lúcia Lacerda (Suplente – Usuário – UBM); 3. Recomendar que a comissão retomasse os trabalhos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Resolução, apresente uma nova proposta de diretrizes para estruturação, constituição, organização e funcionamento dos Conselhos Gestores no âmbito dos estabelecimentos de saúde públicos e privados conveniados ao SUS, considerando as propostas anteriores como referencia. 4. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. GERSON LÚCIO GOMES DOMONT PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE Homologo a Resolução CES/PA nº. 015 de 22 de abril de 2014. HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

**RECOMENDAÇÃO CES/PARÁ**  
**Nº 001 DE 22 DE ABRIL DE 2014.**  
**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 679569**

RECOMENDAÇÃO CES/PARÁ Nº 001 DE 22 DE ABRIL DE 2014. O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº. 7.264, de 24 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 31.406, de 27 de Abril de 2009, e pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial Nº 32.584 de 14 de fevereiro de 2014 e a Resolução CES/PARÁ Nº 005, de 25 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial Nº 32.596, de 07 de março de 2014. CONSIDERANDO que nos termos do inciso II do Art. 9º da Lei N º 7.264, de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo titular da Secretaria de Estado da Saúde Pública; CONSIDERANDO a decisão unânime dos membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, em Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2014. CONSIDERANDO o artigo 5º, inciso XX da Constituição Federal de 1988, que desobrigue o cidadão e cidadã de se filiar a qualquer tipo de associação – Liberdade de Associação: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”; CONSIDERANDO o artigo 198 da Constituição Federal de 1988, que indica três princípios organizativos do SUS e entre estes inclui a participação da comunidade: “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.”; CONSIDERANDO que o artigo 1º da Lei Nº 8.142/90 define como fóruns de participação e controle social as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde: “O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde.”. CONSIDERANDO que o fortalecimento e a consolidação do SUS só acontecerão com a participação de todos os setores e segmentos da sociedade civil organizada e não organizada nos Fóruns Institucionais de Participação e Controle Social do SUS; RECOMENDAR: 1. Que o Conselho Estadual de Saúde do Pará esteja mais perto da sociedade civil organizada e não organizada fomentando a necessidade e importância da participação social e democrática nos fóruns de participação Institucional do SUS sustentando e divulgando o diálogo com a sociedade da importância e necessidade da participação popular para qualificar o debate das Políticas Pública do SUS, utilizando para tanto todos os espaços de manifestação possíveis, como Instituições de Ensino; Veículos de Informação, Comunicação e Mídias; Colegiados de Gestores (CIR's; CIB, CIES e outros); Instituições e Órgãos da Sociedade Civil Públicos e Privados; de maneira que os Gestores, Trabalhadores de Saúde e Usuários entendam a primazia do direito da participação livre e democrática de qualquer cidadão e cidadã nos Fóruns Institucionais de Participação, Deliberativo e Controle Social do SUS; 2. Garantir a participação dos usuários e trabalhadores de saúde nos Fóruns de Participação e Controle Social (Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde) nos termos da Constituição Federal de 1988, onde não consta a obrigatoriedade do cidadão e cidadã de estar associado a algum tipo de organização para ter seu direito de participar integralmente da Consolidação do SUS e dos seus Fóruns de Participação e Deliberação; 3. Esta Recomendação entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. GERSON LÚCIO GOMES DOMONT PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE Homologo a Recomendação CES/PA nº. 001 de 22 de abril de 2014. HELIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

**RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 016 DE 22 DE ABRIL DE 2014.**  
**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 679572**

RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 016 DE 22 DE ABRIL DE 2014. O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº. 7.264, de 24 de Abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado Nº 31.406, de 27 de Abril de 2009, e pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2014, publicado no Diário Oficial Nº 32.584 de 14 de fevereiro de 2014 e a Resolução CES/PARÁ Nº 005, de 25 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial Nº 32.596, de 07 de março de 2014. CONSIDERANDO que nos termos do inciso II do Art. 9º da Lei N º 7.264, de 24 de Abril de 2009, as decisões do Conselho Estadual de Saúde do Pará serão consubstanciadas em Resoluções e homologadas pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo titular da Secretaria de Estado da Saúde Pública; CONSIDERANDO a decisão unânime dos membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/PA, em Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2014. CONSIDERANDO que o Programa de Inclusão Digital é uma estratégia para o processo de fortalecimento do controle social do SUS com o propósito de qualificar as ações, as intervenções e as deliberações do controle social por meio da viabilidade de estruturação física, formação permanente dos atores no exercício de suas funções, intercâmbio, acessibilidade, compartilhamento de informação e comunicação para o avanço da participação democrática participativa; CONSIDERANDO que o Grupo de Trabalho de Acompanhamento, Monitoramento da Implantação do Programa de Inclusão Digital no âmbito do Estado do Pará – GT PID/PARÁ atua como facilitador do processo de implantação do PID no Estado do Pará conscientizando gestores e conselheiros de saúde, monitorando, avaliando, controlando e acompanhando a efetivação do Programa nos Conselhos de Saúde; CONSIDERANDO a Resolução CES/PA nº. 008 de 10